



Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o
Secretário de Estado dos Assuntos
Parlamentares

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
555/2021	11/02/2021	277/MEP/2021	13/04/2021

ASSUNTO: Pergunta n.º 1269/XIV/2.ª de 11 de fevereiro de 2021

- Condições de integração de migrantes na Freguesia de Pegões.

Encarrega-me Sua Excelência a Ministra de Estado e da Presidência de enviar a V. Exa. a resposta à pergunta parlamentar identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Miguel Rodrigues Cabrita

Anexo: o referido



Pergunta n.º 1269/XIV/2.ª de 11 de fevereiro de 2021

Grupo Parlamentar do PS

- Condições de integração de migrantes na Freguesia de Pegões.

Em resposta às questões colocadas a respeito do assunto em referência, a área da Presidência tem a esclarecer o seguinte:

O Governo tem trabalhado na criação de medidas que incluam todos os residentes em Portugal, em particular, na habitação, na educação, no emprego, e no acesso à saúde. No atual contexto de pandemia o objetivo é o de mitigar as consequências das desigualdades sociais e económicas, acentuadas com a crise, e o de continuar a garantir a coesão e a paz social.

No caso específico das pessoas imigrantes, o seu acolhimento e integração são possíveis através da articulação estreita da administração central, com a administração local e as entidades da sociedade civil. Tal está a ser desenvolvido na freguesia de Pegões, bem como na de Canha, mas precisa de ser reforçado devido à concentração residencial e, conseqüente, segregação, de trabalhadores de países sul-asiáticos, nomeadamente do Nepal, Bangladesh, Paquistão e Índia, o que leva à necessidade de adaptação dos recursos existentes e das parcerias, para uma maior eficácia. O aumento significativo e rápido do número de imigrantes nestas duas freguesias específicas deve-se à necessidade do mercado de trabalho das empresas agrícolas aí situadas, geralmente de agricultura de tipo intensivo, o que leva à necessidade de mão-de-obra sazonal. Tal como ocorreu noutras zonas do país, este aumento deve-se à dependência do trabalho agrícola de mão-de-obra estrangeira, por se verificar escassez de mão-de-obra nacional para estas atividades.

A Câmara Municipal do Montijo tem desenvolvido vários esforços para garantir a coesão social entre a população portuguesa e estrangeira, desde há vários anos. Foi um dos primeiros municípios do país a abrir um Centro Local de Apoio a Migrantes (CLAIM), em 2005, através da parceria com o Alto-Comissariado para as Migrações (ACM), que disponibiliza formação e atendimento técnico sobre documentação de imigrantes, bem como apoio jurídico, social, entre outros. Para melhor se ajustar às necessidades dos imigrantes, o CLAIM tem realizado atendimentos em itinerância nas Juntas de Freguesia de Pegões e Canha, nomeadamente para informar e apoiar nos processos de regularização, mediante marcação prévia.



A aprendizagem da língua, em conjunto com a documentação, constitui o recurso básico estruturante para a integração de imigrantes. Nesse sentido, desde 2019, a Câmara Municipal do Montijo, através do CLAIM, tem articulado a realização de cursos de língua portuguesa para Falantes de Outras Línguas (Nível A1+A2), no Agrupamento de Escolas de Pegões. Estes cursos foram divulgados junto da população imigrante, sobre a importância do referido curso e os seus benefícios.

Em 2020, a Câmara Municipal do Montijo candidatou-se ao aviso do ACM para Planos Municipais para a Integração de Migrantes 2020-2022 e teve a sua candidatura aprovada. Deste modo, pôde continuar e aprofundar as medidas desenvolvidas no Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) anterior. No atual PMIM a área de habitação foi identificada como área de intervenção prioritária. Nesse sentido, a equipa executou já a medida 19, a qual consiste na elaboração e divulgação do Guia Orientador sobre Arrendamento de Habitação, traduzido para inglês, hindi e russo. Este documento, dirigido a cidadãos(ãos) imigrantes e proprietários(os) do concelho, informou e sensibilizou sobre as condições dignas de habitabilidade que devem estar incluídas no aluguer de espaços para fins habitacionais. Uma outra medida sobre o PMIM, a 20, incide sobre habitação, a qual consiste na criação de uma equipa interinstitucional para identificação de condições indignas de habitação entre a população imigrante. Esta equipa é coordenada pelo Gabinete de Fiscalização da Municipal da Câmara Municipal do Montijo e inclui: (i) o Vereador da Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde, José Manuel Santos; (ii) a Divisão de Planeamento do Território e Urbanismo; (iii) a Divisão da Administração Organizacional; (iv) a Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde; (v) o CLAIM; (vi) e as Juntas de Freguesia de Pegões e Canha. Este grupo de trabalho reuniu no dia 14 de janeiro, de 2021, com a presença dos representantes dos Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, Delegação Regional de Setúbal), da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT, Unidade Local do Barreiro), da Autoridade Tributária (AT, DF Setúbal), do Posto da GNR de Canha, do Destacamento da GNR de Palmela e da Segurança Social (SS, Centro Distrital de Setúbal). Todas as entidades presentes demonstraram estar empenhadas na procura das soluções concretas, concordando numa intervenção concertada, estando agendada uma nova reunião para o mês de março. Ainda sobre os problemas de habitação, nomeadamente a sobrelotação de habitações e o arrendamento de espaços não licenciados para alojamento, as situações foram sinalizadas no Conselho Local de Ação Social e de Saúde (CLASS). Estas questões foram abordadas por entidades parceiras e de imigrantes, com vista à sua identificação e propostas de solução.

Com vista à capacitação dos imigrantes sobre os seus direitos referentes ao trabalho, a Câmara Municipal de Montijo promoveu, no passado dia 24 de fevereiro, uma sessão de informação sobre "Contratação de Trabalhadores/as Estrangeiros/as - Direitos e Deveres". A sessão foi



dirigida a empresas e a todos os agentes empregadores da região, em colaboração com a Unidade Local do Barreiro da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).

A Secretária de Estado para a Integração e as Migrações reuniu com a Câmara Municipal do Montijo, acompanhada do Alto-Comissariado para as Migrações, no passado dia 24 de fevereiro. Nesta reunião foram abordadas as questões de integração, nomeadamente, de habitação, de aprendizagem de português e de condições de emprego. Em relação à habitação foi discutida a possibilidade de incluir o alojamento dos imigrantes na Estratégia Local de Habitação e, posteriormente, no Programa de Recuperação e Resiliência, de modo a distribuir as alternativas habitacionais em territórios geograficamente próximos das freguesias de Pegões e Canha. De igual modo, foi discutido a possibilidade de um maior envolvimento de algumas empresas na integração das populações. Na reunião, o ACM apresentou a Linha de Apoio ao Migrante e os serviços de tradução telefónica, que podem ser úteis para os estrangeiros que as desconheçam. Foi também apresentado o Núcleo de Ligação às Associações embora não pareça haver representantes de nenhuma associação de imigrantes entre os trabalhadores, o que o ACM irá explorar.

Em relação à aprendizagem de língua portuguesa, foi apresentada na reunião a Portaria 183/2020, de Português Língua de Acolhimento, publicada em agosto passado. Nos cursos reformulados são destacadas quatro alterações que serão úteis para os estrangeiros a trabalhar em Pegões: (i) poderão frequentar não só os imigrantes documentados, como previamente, mas também os que estão a aguardar a finalização do processo de documentação; (ii) os cursos passarão a ser lecionados nos Centros Qualifica, para além dos centros IEFP e das escolas da DGESTE, onde os imigrantes poderão através dos cursos ter acesso a processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC); (iii) passarão a integrar uma unidade de formação de curta duração especificamente dirigida aos formandos que usem outro alfabeto que não o latino ou outro sistema de escrita (como os imigrantes nepaleses e bangladeshis, entre outros); (iv) e poderão ser realizados protocolos com entidades públicas e privadas para os cursos serem, por exemplo, lecionados nas suas instalações, como as empresas agrícolas da região.

Nos desenvolvimentos da implementação da Portaria de Português Língua de Acolhimento, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), em conjunto com o ACM, realizou sessões de esclarecimento sobre as alterações dos novos cursos para os Centros Qualifica de todo o território, para uma divulgação mais eficaz. O Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas do Montijo participou numa das sessões no início do mês de março.